

# A Democratização Autoritária: A Grande Imprensa e a Autodelação de seu *Modus Operandi*

The Authoritarian Democratization:  
the mainstream press and self-accusation  
of its *Modus Operandi*

**Francisco Fonseca**

*Doutor em história – FGV-SP  
Docente de ciência política – FGV-SP  
frankiko@uol.com.br*



## Resumo

*Este artigo analisa o papel dos quatro principais periódicos brasileiros – Jornal do Brasil, O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo – entre 1985 e 1992, isto é, na transição à democracia. Examina-se, tendo como foco a relação entre Capital e Trabalho, cujo tema do direito à greve é fundamental, como esses jornais involuntariamente autodelataram seu conservadorismo e autoritarismo, o que expressa o modus operandi da grande imprensa e das elites por ela representadas. Conclui-se que os periódicos essencialmente obstaram a ampla democratização da sociedade brasileira.*

**Palavras-chave:** *Imprensa, democracia, política, sociedade, autoritarismo.*

## Abstract

*This paper intends to analyse the role of the four main Brazilian daily newspapers - Jornal do Brasil, O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo - between 1985 and 1992, that is, during the transition to the democracy. It will be analysed, focusing the relation between Capital and Work, whose theme of the right of strike is fundamental, how these newspapers involuntarily accused their own conservative behaviour and authoritarianism, expressing thus the modus operandi of the mainstream press and the elite by them represented. The conclusion is that the periodicals essentially blocked the ample democratization of the Brazilian society.*

**Key words:** *Press, democracy, politics, society, authoritarism.*

## Resumen

*Este artículo analiza el papel de los cuatro principales periódicos brasileños - Jornal do Brasil, O Globo, Folha de S. Paulo y O Estado de S. Paulo - entre 1985 y 1992, es decir, en la transición hacia la democracia. Se examina, teniendo como foco la relación entre Capital y Trabajo, cuyo tema del derecho a la huelga es fundamental, como esos periódicos involuntariamente autodelataron su conservadurismo y autoritarismo, lo que expresa el modus operandi de la gran prensa y de las élites por ella representadas. Se concluye que los periódicos esencialmente obstaron la amplia democratización de la sociedad brasileña.*

**Palabras clave:** *prensa, democracia, política, sociedad, autoritarismo.*

## Introdução e problematização<sup>1</sup>

Pressupondo-se que as idéias só podem repercutir, se forem personificadas por atores sociais concretos, com capacidade de espaiá-las, isto é, se forem capazes de conquistar *corações e mentes*, entende-se que essa pretensão implica derrotar idéias concorrentes, encarnadas por outros atores sociais. Sendo assim, este trabalho intenta analisar como a própria grande imprensa brasileira – os periódicos *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*<sup>2</sup> – se autodelata ao referir-se a determinados eventos políticos ocorridos numa

conjuntura particularmente importante: o período compreendido entre 1985 (“Nova República”) e 1992 (Governo Collor). Tal “deleção” insere-se no contexto de grandes transformações no Estado e na sociedade brasileiros no período.

Note-se que os periódicos são instituições altamente capazes de lutar pela hegemonia, dada sua capacidade de influenciar a opinião. Afinal, é

particularmente a grande imprensa escrita diária o instrumento mais poderoso para, simultaneamente, elaborar, receber, divulgar e (muitas vezes) vulgarizar a hegemonia por determinadas idéias. Mais ainda, é a instituição que, nas sociedades complexas, é capaz de simultaneamente publicizar, universalizar e sintetizar as linhagens ideológicas: em razão de sua periodicidade diária (que lhe confere mais agilidade do que as revistas semanais), com todo o aparato das manchetes, editoriais, artigos, charges, fotos, reportagens, dentre outros recursos. Tais ferramentas possibilitam aos jornais uma influência sutil, capaz de sedimentar – embora de forma não mecânica – uma dada idéia, opinião ou representação. Não

bastasse isso, segundo Antonio Gramsci as *trincheiras ideológicas* (ocupação das instituições produtoras de cultura entendida como *visão de mundo*), no contexto de uma *guerra de posições* (busca do poder através da conquista cumulativa de espaços ideológicos no interior da esfera cultural/ideológica), são particularmente expressas nos jornais. Estes, para além da clareza do poder ideológico que possuem, objetivam a veiculação de idéias que influenciem a chamada *opinião pública* (discutiremos abaixo este conceito), os detentores do poder estatal, e determinados segmentos sociais (dos quais, por vezes, são porta-vozes). O que pode ser confirmado, a rigor, pela intensa participação que estes jornais tiveram em momentos candentes da história política do país. Tal assertiva fora válida particularmente na conjuntura em questão.

Nesse sentido, a grande imprensa, como ator político/ideológico, deve ser compreendida “(...) fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social.”<sup>3</sup> Além disso, “(...) se mesclam o público e o privado, os direitos dos cidadãos se confundem com os do dono do jornal. Os limites entre uns e outros são muito tênues.”<sup>4</sup> Portanto, a imprensa é um dos instrumentos mais eficazes na inculcação de idéias no que tange a grupos estrategicamente reprodutores de opinião – constituídos pelos estratos médios e superiores da hierar-



<sup>1</sup> Este artigo tem por inspiração o livro, de minha autoria, intitulado *O Consenso Forjado – a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2005. Os temas aqui tratados expressam a rediscussão, voltada à linha editorial da revista *Communicare*, de algumas questões presentes no livro.

<sup>2</sup> Dada a constância com que nos referiremos a cada um destes periódicos, os abreviaremos em todo este trabalho da seguinte forma: *Jornal do Brasil* = JB; *O Globo* = OG; *Folha de S. Paulo* = FSP; e *O Estado de S. Paulo* = OESP.

<sup>3</sup> Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado. *O Bravo Matutino - Imprensa e Ideologia: o Jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo, Alfa-Omega, 1980, pág. XIX.

<sup>4</sup> Maria Helena Capelato. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo, Contexto/Edusp, 1988, pág. 18.

quia social brasileira –, caracterizando-se (seus órgãos) como fundamentais *aparelhos privados de hegemonia* – isto é, entidades voltadas à propagação de idéias com vistas à obtenção da hegemonia. Em Gramsci, tais *aparelhos* podem ser assim sintetizados:

“(...) são organismos sociais ‘privados’, o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito [no contexto, portanto, de sua configuração ampliada, isto é, sociedade política + sociedade civil, possível nas conformações sociais do tipo “ocidente” – FF]; mas deve-se observar que Gramsci põe o adjetivo ‘privado’ entre aspas, querendo com isso significar que – apesar desse seu caráter voluntário ou ‘contratual’ – eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder em dada sociedade.”<sup>5</sup>

O pequeno universo leitor de jornais no Brasil não representa um óbice a tal perspectiva, tendo em vista as *funções intelectuais reprodutoras* exercidas pelos estratos sociais que a eles (jornais) têm acesso representarem um núcleo capaz de espriar certas idéias e determinada visão de mundo, como veremos mais adiante. Tais estratos funcionam, portanto, como estratégicos *retransmissores das idéias centrais que a grande imprensa elabora e/ou carrega* – porém, jamais, enfatize-se, de forma automática.

Embora seja volátil o posicionamento dos periódicos no mercado editorial e na influência político-ideológica em foco ao longo das décadas de 1980 e 1990, foram estes os grandes *formadores de opinião* do país, isto é, os órgãos que, na *imprensa diária*, lançaram idéias que potencialmente modelaram a opinião majoritária dos indivíduos, a começar pelos estratos capazes de reproduzi-las. Afinal, a televisão possui tanto uma linguagem (em sentido amplo) essencialmente fugaz como um público demasiado heterogêneo para que possa substituir os periódicos (notadamente os diários) como *formadores nucleares de opinião*. Estes últimos, portanto,

possuem um público mais homogêneo, dado que constituído pelos exíguos estratos médio e superior da hierarquia social brasileira. Na verdade, de certa forma, pode-se afirmar serem justamente os jornais (secundados pelas grandes revistas<sup>6</sup>) um dos meios que mais influenciam o restante da mídia, por meio da reprodução, nesta, de idéias formuladas pelos periódicos. São os referidos quatro jornais que, seja pelo critério de tiragem, seja (sobretudo) de influência, possuem a capacidade de interferir decisivamente na definição da agenda nacional.

Por mais que a elaboração do jornal seja extremamente complexa, em razão da quantidade de pessoas envolvidas, da diversidade de temas, da velocidade e mutabilidade da informação e do próprio *processo de produção* jornalístico<sup>7</sup>, que se inicia de certa forma com as fontes/bastidores/reportagens e termina impresso nas páginas do periódico, dentre uma infinidade de outros aspectos, há no jornal uma linha ideológica, um eixo que particularmente os editoriais expressam. A rígida hierarquia existente nos órgãos da grande imprensa demonstra claramente que, apesar dessa extrema complexidade, os donos do jornal possuem um amplo controle sobre o *processo de produção da informação*, e

<sup>5</sup> Carlos Nelson Coutinho. *Marxismo e Política: A Dualidade de Poderes e Outros Ensaios*. São Paulo, Cortez, 1994, págs. 54 e 55. (Preferimos a definição do principal exegeta de Gramsci no Brasil dada a capacidade de síntese deste em contraste às notas esparsas do próprio pensador italiano nos *Cadernos do Cárcere*, assim efetuadas, como se sabe, em razão das condições em que foram escritas).

<sup>6</sup> É inegável o poder das revistas, sobretudo da revista *Veja*. Ocorre, contudo, que, para além da impossibilidade de a analisarmos neste trabalho, dentre outros fatores, considerou-se mais importante a comparação entre os jornais dada a periodicidade diária dos mesmos, o que implica um poder contínuo de reiterar idéias e imagens. Assim, enquanto o tempo de jornal é diário, o de uma revista é semanal.

<sup>7</sup> Para além do processo produtivo em si, a formação do Grupo Folha como amostra da constituição de um complexo empresarial de notícias é discutida por Gisela Tashiner. *Folhas ao Vento. Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

conseqüentemente sobre o produto final, as notícias, cada vez mais concebidas como mercadoria. Os jornais como empresas capitalistas, que, portanto, objetivam o lucro, são analisados por Max Weber, que chama a atenção para a relação entre Capital e função ideológica, pois:

“Se ha dicho que el obvio cambio de opinión de determinados diarios franceses (...) puede explicarse simplemente por el hecho de que el importante capital invertido de forma fija por estas modernas empresas periodísticas justifica el aumento de su nerviosismo, y las hace depender del público, al detectarse cualquier inquietud entre éste, que suele traducirse en la anulación de pedidos, resultando esta situación comercialmente insoportable. (...)”

“(...) Debemos preguntarnos: qué significa el desarrollo capitalista en el interior de la propia prensa para la posición sociológica de la prensa en general, para el papel que desempeña en la formación de la opinión pública?”<sup>8</sup>

Por mais que a elaboração do jornal seja complexa, há no jornal uma linha ideológica

É importante ressaltar que o papel empresarial da grande imprensa torna-se distinto de seus similares de outros setores, pois, não bastasse a função de modelar a opinião “pública”, sua mercadoria – a notícia – está sujeita a variáveis

mais complexas e sutis. O fato de o capital fixo investido ser cada vez mais portentoso faz com que uma eventual perda de leitores e anunciantes cause estrondos nesta atividade “de risco” que é a *produção de informação*. O poder da imprensa implica, portanto, um instável equilíbrio entre formar opinião, receber as influências de seus leitores e de toda a gama de fornecedores e anunciantes, auferir lucro e atuar como aparelho privado de hegemonia. A inversão de capital fixo apontada por Weber é, dessa forma, um elemento-chave neste equilíbrio.

Quanto à aludida expressão *opinião pública*, utilizada abundantemente pelos

periódicos, que se colocam como representantes dela, descartamo-la enquanto categoria explicativa, pois: a) “opinião pública” para os grandes jornais significa a “opinião” de seus leitores, isto é, cerca de 15 milhões (numa perspectiva superestimada, no período em foco) de pessoas num universo de 170 milhões de habitantes (à época), isto é, as referidas classes médias e proprietárias – trata-se, portanto, de uma expressão absolutamente restritiva<sup>9</sup>; e b) (mais importante) esta expressão é invocada pelos jornais, em inúmeras situações,

<sup>8</sup> Max Weber. “Para una Sociología de la Prensa” In *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº 57, jan-mar./1992, pág. 255, ênfases do autor. Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid. É interessante observar que este texto, resultado de uma palestra proferida em 1910, já sinalizava grandes problemas sobre o caráter da imprensa, sinalizações estas que, do ponto de vista do duplo papel dos jornais, são confluentes à perspectiva de Gramsci.

<sup>9</sup> Estes dados constam da entrevista concedida por Otávio Frias Filho (da FSP) a este pesquisador. Para ele, a pequena circulação dos jornais no Brasil não seria propriamente um problema, em razão de atingir a grupos fundamentais, pois: “(...) é uma audiência de qualidade, quer dizer, são formadores de opinião, são os chamados profissionais liberais, técnicos, empresários, sindicalistas, professores universitários, são pessoas que têm nas suas perspectivas finalidades de peso em termos de formar opinião. Mas são audiências restritas. A Associação Nacional dos Jornais (ANJ) tem uma estimativa de que diariamente circulariam no Brasil algo como quatro ou cinco milhões de exemplares. De acordo com os padrões internacionais, normalmente se aceita a faixa de dois a três leitores por exemplar de jornal. Então, em uma expectativa otimista, o Brasil teria quinze milhões de pessoas lendo jornais, algo como dez por cento da população. Eu diria que o universo que os jornais realmente atingem não está muito longe disto. (...) A audiência da imprensa é uma audiência qualitativamente muito importante, mas quantitativamente pequena. É um público basicamente de classe média. (...) a gente não está fazendo uma interlocução com o conjunto da sociedade, mas (...) com um setor mais ou menos bem definido ideologicamente: a classe média urbana com um bom nível de escolaridade. O público do jornal é este, a base social dos jornais é esta, e a interlocução que a gente tem é com este tipo de pessoa”. Otávio Frias Filho Entrevista gravada, ênfases nossas. Claro está, portanto, o que é “opinião pública” para a grande imprensa.

simplesmente para identificar *sua própria opinião*, que, embora privada, pretende se passar por “pública”<sup>10</sup>.

Segundo LABORIEU (1991), “opinião pública” implica movimento, dinamismo, transformação, e não cristalização, algo estático, portanto, quanto a uma dada opinião. Em razão das influências dos grupos que formam a opinião “dominante”, o seu caráter “público” quer dizer, em verdade, expressão desta dominância, e não discussão descompromissada de temas com vistas a extrair a “melhor posição”. Por tudo isso, “opinião pública” funciona como uma expressão estratégica e fundamentalmente voltada a encobrir – interesses particularistas e privados – do que a revelar. Daí a descartarmos como conceito analítico.

Mas analisar a imprensa como *aparelho privado de hegemonia* implica desnudar um discurso por excelência ideológico, *ideologia*<sup>11</sup> aqui definida *como capacidade de universalização de interesses e visão de mundo particularistas, o que implica fundamentalmente um contínuo e sinuoso processo de ocultação da realidade*. Segundo a extensa classificação de Eagleton, ideologia pode ser definida como: um corpo de idéias característico de uma determinada classe social; idéias (deliberadamente falsas ou ilusórias) que ajudam a legitimar um poder dominante, o que implica a comunicação sistematicamente distorcida; o processo pelo qual a vida em sociedade é “naturalizada”. Ora, a definição que utilizamos contém as variáveis fundamentais definidas por Eagleton, e que podem ser resumidas nas idéias-chave *universalização* e *ocultação*.

Dessa forma, o arcabouço teórico deste trabalho apóia-se fundamentalmente na obra do grande pensador italiano Antonio Gramsci, sem, contudo, desprezar outras contribuições. Tal perspectiva permite-nos compreender o *embate ideológico com vistas à obtenção de uma dada hegemonia*, ou, em outras palavras, da *direção* do movimento que o conduz. Vejamos, então, como Gramsci define a relação entre a imprensa e seus receptores, isto é, os leitores:

“(…) o elemento fundamental [além do aspecto comercial] para a sorte de um periódico é o ideológico, isto é, o fato de que satisfaça ou não determinadas necessidades intelectuais, políticas.<sup>12</sup>

[Em contrapartida:] “Os leitores devem ser considerados a partir de dois pontos de vista principais: 1) como elementos ideológicos ‘transformáveis’ filosoficamente, capazes, ducteis, maleáveis à transformação; 2) como elementos ‘econômicos’, capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros. Os dois elementos, na realidade, nem sempre são destacáveis, na medida em que o elemento ideológico é um estímulo ao ato econômico da aquisição e da divulgação.”<sup>13</sup>

Observe-se que a simultaneidade do caráter ideológico e econômico do leitor (receptor), na passagem acima, remete uma vez mais à caracterização da grande imprensa, pois estruturada como: a) *aparelho privado de hegemonia*, b) empresa capitalista, e c) ator político/ideológico (por vezes assemelhado a um partido político). Esta tripla caracterização pode implicar, *em determinadas circunstâncias*, uma certa tensão e/ou con-

<sup>10</sup> O clássico mecanismo de ocultamento dos interesses privados, sobretudo de classe, por parte da imprensa, é discutido por M. H. Capelato, que estudou a imprensa paulista entre 1920 e 1945. Segunda a autora: “A imprensa procurava se legitimar como expressão da ‘vox populi’, mas representava acima de tudo a ‘vox domini’. (...) Ao pretenderem [os órgãos da imprensa] expressar e formar a opinião pública brasileira propunham-se a exercer um papel libertador, mas o propósito fica comprometido pelo domínio das consciências resultante dessa conduta, típica dos setores sociais que representavam.” Maria Helena Capelato. “O Controle da Opinião e os Limites da Liberdade: Imprensa Paulista (1920-1945)” In *Revista Brasileira de História (Política & Cultura)*, vol. 12, nº 23/24, set.91/ago.92, págs. 64 e 65. Como veremos, embora numa época muito diferente o modus operandi da grande imprensa parece não ter mudado.

<sup>11</sup> Baseamo-nos especialmente no seminal livro de Terry Eagleton para a definição e problematização do controverso conceito de ideologia. Cf. EAGLETON, Terry. *Ideology, An Introduction*. Oxford, 1991.

<sup>12</sup> Antonio Gramsci. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. R. de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985, pág. 179.

<sup>13</sup> *Idem*, *ibidem*, pág. 163.

tradição ao jornal, pois eventualmente seus interesses empresariais podem chocar-se, por exemplo, com sua atuação ideológica. Mas consideraremos também outras caracterizações, tais como as denominadas “ética da responsabilidade” e “ética da convicção”<sup>14</sup>, pois extremamente pertinentes à compreensão da grande imprensa, dadas as *funções político/ideológicas* desempenhadas pelos periódicos. De toda forma, o que mais nos interessa é a compreensão da imprensa como entidade fundamental ao embate ideológico em direção a uma hegemonia, sobretudo num momento decisivo à sociedade brasileira: a transição para a democracia.

Por fim, um corpo doutrinário de idéias só adquire legitimidade, caso os grupos sociais sejam capazes de encarná-lo e *promovê-lo*, isto é, colocá-lo em disputa com alternativas. O que implica disponibilizá-lo ao cidadão comum, por meio de uma linguagem simples que, no caso da grande imprensa, por vezes assume o caráter de *vulgarização* – isto é, a extrema simplificação, normalmente dicotômica, com vistas à *divulgação*, portanto sem mediações, de problemas via de regra altamente complexos. Todo esse sofisticado aparato editorial/empresarial/ideológico, aplicado a uma conjuntura candente, transpõe por meio de contradições, captadas neste trabalho como autodelações.

## A grande imprensa e a autodeleção de seu modus operandi

Vejamos então algumas “autodelações”, ambigüidades e contradições da grande imprensa, expressas, seja em seus editoriais, seja em artigos, isto é, por ela mesma. É fundamental que comecemos por notar, por meio de exemplos, como os jornais apreendem seu próprio movimento de homogeneização

ideológica no período em foco. Ao comentar os conflitos entre o empresariado paulista e o Governo Sarney, logo no início do processo constituinte, em 1987, em que o presidente fizera críticas à grande imprensa, afirma *OESP* que: “(...) O que a imprensa faz é assinalar os erros (e devem ser muitos e tão evidentes para que se note quase *unanimidade na apreciação editorial dos fatos*) (...)” (*OESP*, 21/07/87, ênfases nossas)<sup>15</sup>. Ora, embora estivesse se reportando a um episódio específico, esta passagem expressa em boa medida a

<sup>14</sup> Segundo Max Weber, ética da responsabilidade implica fundamentalmente uma postura política que considera as possíveis conseqüências de uma ação (ou inação). O cálculo estratégico dos portadores desta ética requer portanto uma análise dos cenários possíveis em vista das ações a serem tomadas. Já os portadores da ética da convicção agiriam essencialmente em razão de suas crenças, despreocupando-se com as conseqüências das ações/inações. Importar-lhes-iam a tentativa de efetivar sua visão de mundo, independentemente das conseqüências que adviessem. Max Weber. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo, Cultrix, 1996.

<sup>15</sup> Como os temas da “liberdade de imprensa” e da introdução de eventuais mecanismos de controle da sociedade sobre os meios de comunicação foram também debatidos pela Constituinte, é interessante observar como o foram retratados. Num encontro da associação dos jornais para debater a questão, respectivamente os presidente da Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner), José Antonio do Nascimento Brito (do Grupo Jornal do Brasil), e da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Roberto Civita (do Grupo Abril), assim se posicionaram, segundo retrata matéria de *OESP*:

[Para o presidente da Aner] “(...) [É] grande engano (...) [dos] que pensam que ‘os meios de comunicação dirigidos por famílias ou pequenos grupos acionistas produzem jornais antidemocráticos, pois o leitor não é burro e é um erro de qualquer publicação achar que pode enganá-lo por muito tempo.’ (...)”

[Já] “Para o presidente da ANJ, é essencial a defesa da liberdade de iniciativa, privilegiando o talento individual e a economia privada, ‘base verdadeira de uma sociedade que ambicione ser politicamente aberta e materialmente rica.’” (*OESP*, 29/04/87, pág. 2, Editoria de Política, seção Constituinte).

*Ambas as falas expressam, cada qual a seu modo, que a grande imprensa continuou requerendo liberdade, mas sem qualquer preocupação quanto à responsabilidade pelo seu exercício. Os proprietários dos meios de comunicação pretenderam, portanto, manter a prerrogativa de falar em nome do público, embora sejam órgãos privados.*

Essa retórica conservadora não passou despercebida pelos sindicatos

atuação da grande imprensa, que em diversas circunstâncias, sobretudo as que envolvem o *Capital Global* (isto é, a conjugação dos capitais, de todos os setores e sem qualquer distinção entre a nacionalidade), a *relação Capital/Trabalho* e, a partir das crises dos planos de estabilização da “Nova República”, o *papel do Estado*, posicionou-se uníssona, como veremos. *OESP* apenas corrobora esta assertiva. Afinal, as diferenças de perfis editoriais/ideológicos, existentes entre os quatro periódicos, não foram suficientes para que houvesse divergências tanto em relação à forma de atuação como no que tange ao objetivo do projeto político/constitucional, ou, numa palavra, no teor da democracia brasileira a vigorar a partir do reordenamento do marco legal, a nova Constituição (veremos abaixo vários outros exemplos dessa confluência).

Observe-se a seguinte passagem, referente ao conflito entre Capital/Trabalho (no caso, uma greve dos bancários), pois encerra uma constatação:

“(…) o bom senso da maioria (…) [deve prevalecer] sobre o radicalismo de *algumas lideranças que desejam a greve por motivos políticos*. O que essas lideranças querem impor, com a ameaça da greve, é a *inviabilização do Plano Cruzado, com prejuízo dos próprios bancários e de toda a população*. A alta exacerbada de salários, via greve, fatalmente conduzirá à generalização de pretensões da espécie e à *conseqüente explosão dos preços*.” (ênfases nossas)<sup>16</sup>.

Esta passagem poderia perfeitamente substituir os editoriais de qualquer um dos quatro jornais aqui analisados, pois todos os elementos fundamentais argüidos pela grande imprensa estão aqui presentes: a deslegitimação da greve devido ao papel manipulatório das “*lideranças*”, embora não se apresente qualquer dado que o comprovasse; a suposta *motivação política*, considerada por si só um motivo escuso, embora silencie sobre os baixíssimos salários dos bancários em contraste aos altos lucros dos bancos; a omissão quanto ao fato de que, em sentido amplo, toda greve ser inerentemente po-

lítica, assim como as ações empresariais, caso deste panfleto; a utilização da *tese da perversidade* (isto é, a tese de que a introdução de direitos teria o efeito contrário ao intentado), definida por HIRSHMAN (1985), pois todos seriam prejudicados com a greve, entre outros. Como pertencem à Fenaban, constata-se que entre as entidades patronais e os (também patronais) órgãos de imprensa não há qualquer diferença quando o tema em questão é a greve, isto é, a luta de classes, independentemente do intuito que possuam os movimentos sindical e popular.

Mas toda essa retórica conservadora não passou despercebida pelos sindicatos, que, de tanto serem achincalhados pelo discurso patronal publicaram, no dia anterior ao comunicado dos bancos – estes, portanto, responderam aos sindicatos – um comunicado de esclarecimento chamado “POR QUE OS BANCÁRIOS VÃO À GREVE”, e também publicado na primeira página dos jornais<sup>17</sup>. Os argumentos dos sindicatos bancários sinalizam o que vimos apontando, entre os quais o fato de que:

“(…) banqueiros e Governo acenam com ameaças e acusações infundadas. Ameaçam com a decretação de ilegalidade da nossa greve, lançando mão das leis da ditadura. Atribuem aos bancários intenções políticas e desestabilizadoras do Plano Cruzado. É um absurdo, *uma tentativa*

<sup>16</sup> Comunicado da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) na primeira página dos grandes jornais em 09/09/86 com o título “AO PÚBLICO E AOS BANCÁRIOS”. A passagem em foco fora extraída do Jornal do Brasil, o mesmo que recusara a publicação, também em primeira página, do comunicado das Centrais Sindicais a respeito da greve geral, no mesmo período. Este fato é, por si só, sintomático da postura patronal e “arcaica” do debate dos jornais contra os trabalhadores no período em questão.

<sup>17</sup> Neste caso, o JB o publicou, embora muito possivelmente a contragosto, tendo em vista os ataques desferidos às greves. Aparentemente o veto à publicação do comunicado sobre a greve geral fora o primeiro realizado pelo jornal, o que de forma alguma ameniza a gravidade de um órgão de informação negar-se a publicar opiniões da sociedade – afinal, esta não seria uma das funções pre-cípua da imprensa segundo sua própria alegação?

*de criminalizar o legítimo movimento reivindicatório dos trabalhadores e seus sindicatos.” (ênfases nossas)<sup>18</sup>.*

O comunicado poderia inserir a grande imprensa – embora com o plausível risco de que não conseguissem publicá-lo – quanto às “ameaças e acusações”, assim como à “tentativa de criminalizar” a luta dos trabalhadores. Como se observa, o que a grande imprensa fez e propugnou foi exatamente o mesmo que os governos conservadores e determinados setores empresariais, casos, respectivamente, da “Nova República” e do patronato, em sua grande maioria, no que tange à organização sindical dos trabalhadores e à luta de classes. Efetivamente não houve diferenças.

A grande imprensa, por outro lado, cobrou dos sindicatos, enquanto personagens político/sociais, posturas que ela própria não adotou. Para *OG*, por exemplo:

*“Qualquer associação, e não apenas os sindicatos, tem pendor para a oligarquização: para criar a opinião comum, tanto quanto para apresentá-la; para formar essa opinião através da propaganda (e há toda uma*

*parafernália de propaganda, bastante sofisticada (...)) e lhe dar um quadro pré-fabricado. Em síntese, qualquer associação pode ser o reflexo de um grupo de interesses, tanto quanto um grupo de interesses ser pura projeção de um grupo incomparavelmente menor e ciosamente fechado.” (OG, 10/05/87, ênfases nossas).*

Ora, esta descrição define com precisão a própria imprensa, pois, embora os periódicos expressem diversos interesses, estes são “restritos” no sentido de que fortemente vinculados a determinadas grupos, isto é, classes (minoritárias, portanto). Mais ainda, a formação da opinião, que se confunde com a propaganda por

meio de mecanismos bastante sofisticados, faz com que esta (a opinião) se apresente “pré-fabricada”<sup>19</sup>. *OG*, sem o perceber, descreveu o *modus operandi* da grande imprensa, embora acreditasse ou simplesmente omitisse que a mesma passe ao largo desta definição, mesmo considerando que “qualquer associação” poderia agir desta forma. É significativa tanto a “autodeclaração” como a exclusão a si mesma de uma descrição que se ajusta à grande imprensa com extrema perfeição.

Mas *OG* cometeu outros “atos falhos”, denunciadores da própria imprensa, pois afirma que, ao referir-se à greve: “Quanto mais amplo é esse direito, maior a responsabilidade (...) Se é amplo o direito de greve, numerosas e severas são, igualmente, as limitações ao seu exercício.” (*OG*, 09/02/90). Ora, se tal assertiva é válida para os sindicatos e as greves não o seria também para a imprensa? Afinal, à liberdade não corresponde sempre uma responsabilidade, proporcional ao impacto que produz numa dada sociedade, o que

<sup>18</sup> Comunicado assinado pelos sindicatos dos bancários de diversos estados e pela federação e confederação dos bancários brasileiros em 08/09/86. Também neste caso, a passagem acima fora retirada da edição do JB. É claro, contudo, que radicalizações por parte do movimento sindical poderiam ocorrer. O busilis não reside aqui, e sim na sistemática e renitente desqualificação de toda e qualquer greve, indiferente portanto a qualquer distinção.

<sup>19</sup> Como discutimos no início deste artigo, a sofisticação das mensagens, com vistas à formação da opinião, tem na grande imprensa um veículo poderoso. Os periódicos em foco utilizaram-se fartamente de recursos subliminares, tais como a conjugação de fotos e manchetes que, por si só, dispensam a opinião formal, tal o automatismo da mensagem, opinativa e teleológica por excelência. Particularmente *OG*, que publicava, no período, editoriais diários também na primeira página (capa), articula com maestria não apenas a imagem que quer transmitir via fotos e manchetes como ainda a reforça com editoriais ao lado (intitulados de forma chamativa) – tudo isso representa uma “parafernália” ideológica. Dessa forma, as greves foram sistematicamente alvo desta “opinião pré-fabricada”, representada por um grupo com interesses “fechados”, em oposição à tão propalada “sociedade aberta” alardeada pela própria grande imprensa.

Entre as entidades patronais e os órgãos de imprensa não há qualquer diferença quando o tema em questão é a greve



implica necessariamente limitações? Essas indagações são simplesmente descartadas pela grande imprensa (pode-se generalizar esta assertiva), que requer toda a liberdade, inclusive para denegrir, ostensiva e/ou subliminarmente – como ocorre de forma exaustiva com os sindicatos, revistas e pessoas à esquerda no espectro ideológico –, em nome do que considera “justo” e “correto”, a ponto de julgar e prejudicar ações, pessoas, idéias e circunstâncias, sem prestar contas a nenhuma instância. *OESP*, por exemplo, se opôs à existência de uma lei de imprensa, postulando a suficiência dos códigos civil e penal, como se a imprensa não apenas não tivesse poderes especiais – de denegrir e sofismar, por exemplo – assim como se seu impacto social não fosse amplo.

Mas *OG* ainda demonstra uma outra contradição ao afirmar que: “(...) a economia é mais que administração de bens escassos; é a administração de interesses divergentes (...)” (*OG*, 10/12/87, ênfases nossas). A contradição refere-se não à definição, que é claramente verificável em termos de experiência histórica, mas sim à negação concreta, prática, desta afirmação no que tange às greves como exercício democrático e normal (desde que regulados em lei) de uma sociedade em que há “interesses divergentes”. Em outras palavras, o jornal e toda a grande imprensa afirmaram princípios – abstratos – mas os contraditaram quando os mesmos se personificaram nas contendas sociais. Isso significa auto-aclamar-se democrata e liberal, porém requerer a coerção nua e crua quando de fato os interesses entram em conflito.

A *Folha de S.Paulo* ofereceu-nos, por outro lado, novas amostras de contradições e “autodelações” da grande imprensa como um todo, pois, ao apoiar o fim do imposto sindical e do sindicato único por categoria, afirma que, sem estas medidas, o sindicalismo permaneceria o: “(...) garoto mimado de uma democracia liberal sem forças para levar seus princípios até o fim.” (*FSP*, 08/10/85, ênfases nossas). A pergunta óbvia a se fazer é se os periódicos levam os pressupostos desta

democracia que tanto diz zelarem “até o fim”, ou se os utilizam ao sabor das conveniências e dos interesses que representam? Mas se os exemplos demonstrados até aqui talvez possam ser questionados quanto ao conservadorismo autoritário dos principais jornais brasileiros, a própria *FSP* se encarregará de destituir qualquer dúvida, “delatando-se” involuntariamente ao comentar as posições intituladas “à esquerda” e “conservadora” no que tange aos direitos sindicais, sobretudo o exercício da greve. Quanto aos conservadores, afirma que:

*“O volume inusitado e a audácia do movimento grevista em curso suscitaram reações cujo teor, intensidade e um certo grau de orquestração deixam dúvidas sobre se o que está em questão é apenas resolver os impasses para o restabelecimento das operações de trabalho. Pois, de fato, não colabora para refazer o clima de confiança mútua entre as partes envolvidas fazer apelo, sem mais considerações, à repressão policialisca pura e simples aos trabalhadores, em tom e linguagem que nada deixam a dever àqueles de tempos que se pensava superar.”*

*“Inserem-se nestas considerações o alarmismo indistinto daqueles que antecipam o caos social pelas projeções fantasiosas de uma paralisação dos serviços urbanos; as intromissões públicas, intempestivas e deselegantes, vindas de áreas do próprio governo, em assuntos pertinentes ao Ministério do Trabalho; e a surrada tese de que as greves teriam causa na ‘infiltração’ de elementos estranhos.”* (*FSP*, 18/05/85, ênfases nossas).

Antes de tudo, é importante contextualizar essa afirmação, pois em 1985 não apenas a *FSP* possuía uma postura mais próxima às demandas democráticas da sociedade – afinal, no ano anterior de certa forma “liderara” a campanha das “Diretas já” –, como seu projeto econômico ainda era “nacional-desenvolvimentista”, o que será alterado sobretudo em 1987 com a declaração da moratória pelo governo brasileiro. Esses aspectos certamente faziam com que a ambigüidade crucial do jornal – premido entre a ordem patronal e os direitos sociais – se tornasse ainda mais

complexa. Por outro lado, embora a *FSP* não tenha dito quais os setores estariam reagindo autoritariamente perante as greves, é mais do que evidente que a grande imprensa como um todo se ajusta perfeitamente à descrição efetuada. Afinal, todos os “argumentos” arrolados na passagem acima são, inteira e freqüentemente, utilizados pelos jornais, incluindo-se a própria *Folha de S. Paulo*, sobretudo ao final da “Nova República”, quando pende ao liberalismo radicalizado, isto é, o neoliberalismo. Afinal, não apenas os “argumentos” esgrimidos mas também o “tom e a linguagem” autoritários e a decisiva pressão em favor da “criminalização” dos sindicalistas e da esquerda fazem parte da forma de proceder dos periódicos, como fica claro<sup>20</sup>.

Portanto, a *FSP* “autodelata”, sem o querer nem perceber, toda a grande imprensa – e outros setores conservadores que por trás dela se articulam e/ou recobrem –, revelando, com suas próprias palavras, a reação à introdução de direitos políticos e sociais demandados pela grande maioria da sociedade brasileira, e expressos na campanha das “Diretas-já” e durante toda a transição.

Mas um outro indicador veio também das páginas da *FSP*, por intermédio da coluna do *ombudsman*, que, embora jamais radicalizasse posições contra a *Folha* em particular e a grande imprensa como um todo, vez por outra revelou as contradições dos órgãos de comunicação. Numa dessas circunstâncias, comenta “O descaso dos jornais com a greve na Justiça”, título de sua coluna que questionou as razões da greve em foco praticamente ter sido desconsiderada na cobertura e na opinião dos periódicos paulistas (a greve ocorrera na Justiça de São Paulo). Para o *ombudsman* à época, o jornalista Caio Túlio Costa:

“(…) destaque na primeira página para desnudar a vontade editorial de priorizar a notícia, mostrar sintonia com fatos que me-

xem e muitas vezes transtornam o cotidiano dos cidadãos, isto nada. (...)

“Advogados sérios declaram (...) que o trabalho na burocracia judiciária seria muito mais rápido e bem feito se esses 37 mil servidores fossem reduzidos para sete mil e os salários economizados (...) revertidos em benefício dos que restarem. (...) *Ninguém trabalha contente ganhando miséria*. Responsáveis pela tramitação de toda a papelada num fórum não ganham hoje mais do que 12 mil cruzeiros mensais, coisa aberrante. *Esta é uma das discussões possíveis no aprofundamento dessa crise. Nada foi dito, escarafunchado. Os jornais se limitam a noticiar com pouco caso a greve (...)*

“(…) *Instituições políticas (opinativas)* e instrumentos indispensáveis para o dia-a-dia do seu leitor (...), nenhuma dessas funções maiores os jornais estão tendo no caso da greve na Justiça.” (*FSP*, 27/05/90, ênfases nossas)

A opinião do *ombudsman* corrobora o que vimos apontando, isto é, a grande imprensa arroga-se a liberdade sem qualquer responsabilidade, a ponto de cobrir ou deixar de cobrir, por motivos *particulares*, assuntos públicos. Por outro lado, o jornalista, embora aparentemente apontasse como exceção o fato de a imprensa não discutir propostas alternativas, isto é, não dar voz seriamente aos diversos lados de uma contenda – o que chama de “escarafunchar” –, exprime a ausência de debate, de discussão, de pluralismo<sup>21</sup>.

<sup>20</sup> Para uma análise exaustiva da postura pró-criminalização das greves, ver meu livro *O Consenso Forjado*, Op. cit.

<sup>21</sup> Um notável exemplo de ausência de discussão, implicando, desta forma, vulgarização, diz respeito ao tema da flexibilização da relação Capital/Trabalho. Um artigo de um economista insuspeito aos olhos da grande imprensa, pois não filiado a postulados “à esquerda”, caso de Edward Amadeo, exemplifica com brilhantismo os problemas de fundo não discutidos e, portanto, simplificados com vistas à divulgação por parte dos jornais. O título do artigo é mais do que sintomático, “Um caso de ultraliberalismo”, em que afirma que: “No Brasil temos um modelo ultraliberal, deformado pela ação ancilar do Estado, em que as empresas não têm compromisso com a formação e realocação da força de trabalho. Demite-se sem escrúpulos, principalmente os ‘bagrinhos’. Os excessos geram uma situação de precariedade que compromete o futuro. São duas as seqüelas mais profundas: a força de trabalho tem baixíssimo grau de qualificação e a

*A opinião (privada) dos donos dos jornais assume a condição de “opinião pública”*

A opinião (privada) dos donos dos jornais e dos interesses que defendem – permanente ou circunstancialmente, pouco importa – assume a condição de “opinião pública”, ocultando-se em larga medida as contradições sociais e os eventuais projetos em pugna. Por fim, o fato de o *ombudsman* conceber os jornais como entidades “políticas e opinativas” é também um avanço, pois contribui – a partir do jornal – para destituir o mito da neutralidade, da independência e da autonomia da grande imprensa, tal como esta se autodefine, sobretudo ao afirmar a separação entre notícia e opinião. Mas a opinião da coluna em foco é, no caso, apenas uma opinião<sup>22</sup>, isolada num “ambiente ideológico hegemônico”, dado que a dinâmica da *FSP* de forma alguma se alterou em razão da existência desta crítica. A indagação final a ser feita é: quem controla os controladores?<sup>23</sup>

A unicidade da grande imprensa, de acordo com o que vimos, pode ser corroborada por meio de uma outra “autodelação”, pois *O Globo*, em sua renitente campanha anti-greves afirmou ser um dos editoriais de *OESP* a síntese do pensamento da grande imprensa, pois: “(...) a indagação pertinente, e justificadamente angustiada, do jornal ‘O Estado de S. Paulo’ em seu editorial de ontem: ‘Até onde chegaremos, se não prevalecer o bom senso?’ *Ela é o eco da imprensa* a uma sociedade colhida (mais uma vez) pelo fogo cruzado das radicalizações (...)” (*OG*, 10/05/89, ênfases nossas)<sup>24</sup>. *OG* autodenuncia, sem o perceber, que a grande imprensa expressa as mesmas opiniões, cria as mesmas imagens, detrata os mesmos inimigos; em outras palavras, pensa e age uníssona, embora considere (irônica e paradoxalmente) tal procedimento “democrático”. Como se observa, a intolerância chega ao paroxismo.

Todos esses exemplos apenas confirmam o caráter não plural (autoritário, portanto), conservador, vulgarizante e voltado à divulgação de determinadas idéias e imagens pelos periódicos. Sua visão de democracia segue historicamente a das elites brasileiras (elites nas quais a própria imprensa deve ser inserida): a democracia parcial, restrita, autoritária, que outros exemplos ratificarão.

*dualidade do mercado é enorme.*” (*FSP*, 22/12/91, *Seção Opinião Econômica*, pág. 3-2). Embora esse quadro seja soavelmente conhecido, a grande imprensa o omite ao propor, por exemplo, a “livre” negociação dos salários.

Dessa forma, a reivindicação de parcelas significativas do movimento sindical da introdução dos “contratos coletivos nacionais de trabalho” ou é omitida ou desqualificada; por outro lado, apesar de determinadas matérias, caso da publicada na *FSP* em 23/06/90 afirmar que os sindicatos rejeitam a “livre-negociação”, esta proposta, entre outras vinculadas à “flexibilização” e “modernização” das relações Capital/Trabalho, foram apresentadas em pleno Plano Collor, o mais recessivo até então havido no país, com efusivo apoio dos jornais.

<sup>22</sup> A opinião do *ombudsman* possui, além do mais, limites claros, pois sua estabilidade no emprego dura apenas dois anos, após o qual o jornalista pode ser mandado embora e entrar numa eventual “lista negra” dos grandes jornais que, perfis distintos à parte, sabem perfeitamente confluir em seus interesses corporativos e de classe, como estamos observando.

<sup>23</sup> Procurei problematizar esta questão no artigo “Democracia Virtual: a Mídia sem Freios e Contrapesos” In Octávio Ianni et al. (orgs.). *Desafios da Comunicação*, Petrópolis, Vozes, 2001.

<sup>24</sup> No editorial de *OESP* a que *OG* se refere, o jornal paulista, embora adotasse uma certa “ética da responsabilidade” ao criticar a violência tanto dos grevistas como dos policiais, não apenas dedicou – do espaço a críticas às greves como, no primeiro editorial (pois o em foco encontrava-se no meio da página, representando o segundo editorial), referenda a “chantagem” da alta cúpula militar contrária às greves. Em outras palavras, o “ambiente ideológico opinativo” da página editorial é francamente anti-greves. *OG*, portanto, vê a si e à grande imprensa representados por essa posição (é interessante observar que o pouco que *OESP* criticara da violência policial fora omitido).

Para *OESP*: “(...) entregam-se os arquitetos do caos a todo tipo de provocação, empenhados em forçar ações que conduzam à fechadura.” (*OESP*, 09/05/89, ênfases do jornal) – o sintomático título deste editorial, “Dizer basta às provocações”, é voltado inteiramente a demonstrar o intuito “violento” dos sindicatos. O jornal omite, contudo, que os sindicatos só teriam a perder se enveredassem pela violência. Estigmatizados as greves e os sindicatos, a crítica à violência policial soa como falsa. No editorial de *OESP* referido por *OG*, contudo, o jornal paulista afirma que: “Agora (...) as tropas enviadas para a repressão de movimentos grevistas (...) vão equipadas com armas de fogo, como se estivessem numa operação de perseguição a bandidos.” (*OESP*, 09/05/89, editorial “Até onde chegaremos?”). O cinismo diz respeito tanto à existência de um “ambiente ideológico” anti-greves (reitere-se), em que uma ou outra atenuação – caso da “violência policial” – não contradiz em nada esta afirmação, como 90% de todo o espaço editorial referido às greves (dois dos três editoriais) volta-se a detratá-las. Mas, ainda mais importante é o fato de que a consideração de que a polícia estaria reprimindo os grevistas, como se fossem “bandidos”, é exatamente o que solicita a grande imprensa – daí tratar-se de retórica autoritária.

## À guisa de conclusão

Tendo em vista a caracterização que fazemos da grande imprensa – como aparelho privado de hegemonia, intelectual coletivo e empresa capitalista – e a análise de sua atuação num período crucial à democracia no Brasil, a redemocratização, as conclusões foram se evidenciando, sobretudo na segunda parte deste artigo, em que são demonstradas as denominadas autodelações dos quatro periódicos aqui analisados.

A atuação da grande imprensa em prol da formação de uma opinião tomada como “pública”, mas que, na verdade, é constituída por grupos sociais minoritários, pois ocupantes de posições estratégicas, transforma os interesses privados de grupos sociais específicos em interesses gerais da sociedade brasileira. Tal fenômeno

ideológico é claramente observado nos exemplos acima.

Por fim, cabe destacar que as denominadas autodelações dos periódicos implicam uma amostra extremamente representativa de como a imprensa brasileira se postou de forma autoritária, conservadora e patronal, mas, mais importante, expressam a própria concepção das elites por ela representadas – notadamente as classes médias superiores e o Capital Global – acerca da democracia, o que inclui necessariamente o conflito de classes, expresso por meio das greves. Assim, a transição à democracia no Brasil, entre 1985 e 1992, teve, nos principais periódicos, agentes de conservação, não contribuindo para a democratização da sociedade brasileira em sentido amplo, embora em nome da liberdade e do progresso!

## Referências bibliográficas

- Arquivos dos periódicos *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.
- ALMINO, João. **Os Democratas Autoritários**. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- ALTHUSSER, Louis. **Idéologie et appareils idéologiques d'État**. Paris: Éditions Sociales, 1976.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa, Difel, 1989.
- BOYER, Robert e DRACHE, Daniel. **Estados contra Mercados (os limites da globalização)**. Lisboa, Instituto Piaget, 1996.
- BRUNHOFF, Suzanne de. **A Hora do Mercado: Crítica do Liberalismo**. São Paulo, Unesp, 1991.
- CAPELATO, M. Helena. “O Controle da Opinião e os Limites da Liberdade: Imprensa Paulista (1920-1945)” In **Revista Brasileira de História** (Política & Cultura), vol. 12, nº 23/24, set.91/ago.92.
- CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino - Imprensa e Ideologia: o Jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo, Alfa-Omega, 1980.
- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo, Contexto/Edusp, 1988.
- EAGLETON, Terry. **Ideology, An Introduction**. Oxford, 1991.
- COCKETT, Richard. **Thinking the Unthinkable (Think-Tanks and the Economic Counter-Revolution, 1931-1983)**. London, HarperCollins, 1995.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política: A Dualidade de Poderes e Outros Ensaios**. São Paulo, Cortez, 1994.
- FARIA, Armando Medeiros de. **O Jornalismo Econômico e a Cobertura sobre a Privatização (1990-1991)**. Dissertação de Mestrado ECA-USP, 1994.
- FORRESTER, Viviane. **O Horror Econômico**. São Paulo, Unesp, 1997.
- FONSECA, Francisco. “Democracia Virtual: a Mídia sem Freios e Contrapesos”, In **Desafios da**